



Os desafios de equidade no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas: relações de gênero, raça e masculinidades

Palavras-chave: sindicalismo, gênero, raça

Ingrid Saraiva Tavares, RA: 199050

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Maria Carneiro de Araújo

Introdução

Esta é a continuidade de uma pesquisa que se iniciou em 2019, buscando compreender como as desigualdades de gênero e raça se expressam no setor metalúrgico campineiro, bem como investigar como o Sindicato atua em relação a elas e o papel das masculinidades neste processo. De 2019 a 2020 o foco foi analisar as relações de gênero, onde, além de realizar uma revisão bibliográfica, foi feita uma análise de dados do DIEESE, RAIS e PNAD (Contínua) acerca das condições de trabalho da categoria, e análise documental das convenções coletivas e dos jornais sindicais, principal meio de comunicação da direção do Sindicato com a categoria. Já de 2020 a 2021 o objetivo foi aprofundar os estudos acerca da temática racial no sindicalismo e observar a atuação do Sindicato no contexto da pandemia de COVID-19.

Metodologia

A pesquisa buscou compreender o movimento sindicalista contemporâneo a partir da teoria unitária, ou teoria da reprodução social, de Cinzia Arruzza (2015). Partindo dela, o capitalismo aqui é entendido como uma relação social, complexa e contraditória na qual a reprodução da força de trabalho, das necessidades de cuidado, consideradas socialmente como responsabilidades da mão de obra feminina e negra, é intimamente ligada ao processo de acumulação de capital. Assim, as desigualdades de gênero, raça e classe se manifestam em uma totalidade articulada onde a opressão, a dominação e a exploração se expressam e estão relacionadas.

Neste sentido, como apontado na introdução, buscamos compreender se as relações de gênero e raça no ambiente laboral influenciam a atuação política do Sindicato. No projeto de pesquisa foram pensadas as seguintes atividades: aprofundamento e leitura da bibliografia; elaboração do roteiro de entrevistas; observação de assembleias e atuação do Sindicato.

Como apontado no relatório parcial, o roteiro de entrevistas tinha o objetivo de colocar diversas indagações abertas ao longo da pesquisa, abarcando a vida familiar, trajetória de trabalho e carreira, e a relação com o Sindicato da(o) entrevistada(o). O interesse era verificar como se dava a conciliação entre trabalho produtivo e de reprodução social, identificar as desigualdades de gênero e raça na vida laboral e sindical, e, por fim, caracterizar como está a situação da categoria frente ao avanço da crise econômica e social do país e ao enfraquecimento das entidades sindicais desde a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017. A pesquisa produziu os resultados elencados a seguir neste resumo, e a discussão que se segue é dividida em três partes: uma síntese da revisão bibliográfica, a atuação do Sindicato no contexto da pandemia e, por fim, os principais resultados da pesquisa desde 2019 a 2021.

Discussão teórica

A partir do levantamento bibliográfico foi possível o aprofundamento sobre as mudanças relacionadas à reestruturação produtiva e seus impactos internacionais e nacionais, bem como compreender as dinâmicas das masculinidades latinoamericanas e, mais especificamente, as dinâmicas raciais no interior do sindicalismo. Para esta breve síntese, mobilizamos os autores Pineyro e Varela (2018), Vigoya (2018) e Silva (2008; 2009).

O trabalho de Pineyro e Varela (2018) analisa, a partir da perspectiva dos trabalhadores imigrantes nos EUA e Europa, como a reorganização do trabalho afetou o sindicalismo. A reestruturação produtiva insere um contexto em que relação de produção, distribuição e consumo das mercadorias se combina com a especulação financeira, flexibilizando a legislação trabalhista e precarizando as condições de trabalho, o que incide nos sindicatos e diminui o seu poder de barganha. Nesse sentido, desde o fim do século XX estamos em uma fase do capitalismo onde há uma intensificação da exploração da força de trabalho, e o trabalho imigrante, pelo medo da deportação, a dificuldade com a língua e a xenofobia, é a ponta-de-lança desse processo (PINEYRO; VARELA, 2018, p. 138).

Localizados em trabalhos informais e precários, desterritorializados e desordenados das relações sociais, os trabalhadores imigrantes se inserem no sindicalismo com outros rostos e dinâmicas mais complexas. Na perspectiva destes autores, para enfrentar a crise de representatividade de classe no movimento sindical seria necessário apostar em novos protagonismos coletivos que combinem as estratégias de resistência sindicalista com outras lutas do cotidiano, como a luta por moradia, o feminismo e o antirracismo, além da articulação com outros movimentos, inclusive internacionalmente (Idem, p. 139).

No debate sobre masculinidades e América Latina, Vigoya (2018) aproxima o contexto colombiano e brasileiro, colocando como foram construídas as masculinidades na região e sua relação com o processo de formação das identidades nacionais e com as atuais implicações do neoliberalismo na periferia do capitalismo. As masculinidades são heterogêneas, construídas a partir do contexto econômico, político, cultural e étnico-racial e um dado que apresenta é que ela é fortemente vinculada com o trabalho. Nesse sentido, se a globalização e a reestruturação produtiva, com a introdução de novas tecnologias e práticas gerenciais, alteraram a concepção do trabalho, alterando também a configuração das masculinidades.

No período do fordismo as masculinidades relacionavam-se ao modelo de trabalhador com uma carreira linear, relativamente estável, com uma divisão sexual do trabalho marcada. Atualmente, no entanto, a reestruturação da produção impõe aos homens o desenvolvimento de novas capacidades e habilidades. Mesmo em postos de trabalho majoritariamente femininos, como a docência e a enfermagem, os homens chegam com melhores condições e competem com as mulheres, não apenas para mostrarem-se eficientes e com melhor desempenho, mas também em nome de uma suposta “superioridade” (VIGOYA, 2018, p.71). Nos empregos tradicionalmente masculinos, como a categoria de caminhoneiros, o trabalho é uma atividade que incorpora atributos relacionados à masculinidade, chegando a confundir o meio de exercer a atividade, como o caminhão, com a própria autoimagem de força física, virilidade e valor. Deste modo, a mudança de paradigma produtivo permanece favorecendo homens, e, entre eles, os que possuem uma posição privilegiada de classe, gênero, sexualidade e pertencimento étnico-racial.

Em relação às masculinidades negras, a autora ressalta como sexualidade e raça se imbricam nos imaginários estereotipados sobre os corpos negros masculinos. Utilizando como base teórica Du Bois e Fanon, aponta que o imaginário europeu sobre as mulheres e homens escravizados, durante o processo de colonização da América, colocava-os como seres animalescos, que ameaçavam a pureza racial e a instituição familiar, e por isso deveriam ser controlados pela moral branca. No período pós-colonial, a miscigenação, que antes era vista como uma ameaça, agora é encarada de forma positiva, sustentando a hierarquização das relações raciais por meio de um “ethos” ideal de comportamento relacionado às pessoas brancas, como uma relação direta da honra, da virtude, e dos bons

costumes com a aparência física. É desta maneira que é formado o modelo de cidadania na Colômbia e no Brasil.

Neste sentido, a autora aponta que o elo entre branquitude, modernidade e masculinidade combinam a dominação racial e a dominação sexual. O controle do comportamento sexual das mulheres da elite pela regulação do casamento e de certos atos sexuais foram cruciais nos projetos nacionais, para a manutenção da “pureza” da honra familiar e nacional. Deste modo, a autora afirma que há uma consubstancialidade que liga masculinidade, branquitude e modernidade, vinculando a aparência física das elites latinoamericanas com os ideais de virtude, honra e bons costumes, que se materializa nos corpos de homens brancos e heterossexuais das classes dominantes. Deste modo, existe uma diferença na relação de poder entre homens negros e brancos no contexto latinoamericano. Enquanto os primeiros são estereotipados, hipersexualizados, público-alvo do controle policial e estão alocados em trabalhos precários e mal remunerados, os homens brancos são os que controlam as instituições coercitivas, e que de fato possuem benefícios decorrentes das desigualdades raciais e de gênero. Assim, apesar dos homens negros poderem reproduzir assimetrias de gênero, “isso não lhe traz benefícios nas hierarquias que organizam a ordem social” (Idem, p. 183).

Já na discussão sobre questões raciais e sindicalismo, um primeiro dado é que uma das dificuldades na revisão da bibliografia foi encontrar artigos, dissertações ou teses que tratassem do tema no período recente. No entanto, a tese de Silva (2008; 2009) traz elaborações relevantes, onde estudou as duas maiores centrais sindicais do país, a Força Sindical e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), e suas relações com as pautas de combate à discriminação racial. Como a Intersindical, central sindical do Sindicato tratado nesta pesquisa, surge a partir da CUT, este resumo dará centralidade nas elaborações do autor acerca do sindicalismo cutista.

O movimento sindicalista brasileiro nasceu a partir das greves na região do ABC paulista no final dos anos 1970, e se consolidou a partir dos anos 1980, a partir da onda de mobilizações aberta pelo processo de redemocratização, culminando na criação das centrais sindicais, e entre elas a CUT. Nessa conjuntura, o autor aponta que o debate sobre discriminação racial na CUT permaneceu uma narrativa eminentemente retórica e genérica, limitando-se a apenas se manifestar contrariamente ao racismo, e não em programa político que reverberasse no interior das entidades sindicais.

Já os anos 1990 apresentaram uma mudança significativa na conduta da CUT sobre a temática racial. Em um contexto de avanço e consolidação de governos neoliberais e perda de investimento nos serviços públicos do Estado, a central avança no diagnóstico sobre o racismo, a partir de estudos que comprovavam as consequências discriminatórias das políticas neoliberais. Neste período, o autor avalia que há uma modificação das práticas políticas sobre a questão pela criação de iniciativas políticas e institucionais que investigam a situação das e dos trabalhadores negros e apuram casos de racismo que poderiam ocorrer na central, apesar de carecer de conteúdos programáticos, planos de ação e instrumentos de mobilização (SILVA, 2009, p. 12). Essa mudança é apoiada a partir da luta por direitos, associando a problemática racial com a cidadania, concebida como “o sujeito portador de direitos” políticos, civis e sociais. Portanto, o preconceito e a discriminação racial limitavam a condição de cidadãos de determinados grupos étnicos e, por isso, deveriam ser combatidos.

No entanto, o autor avalia que essa associação com a cidadania e a luta por direitos não compreende o caráter estratégico da relação discriminação-trabalho, havendo pouca conexão da problemática racial com as classes sociais. Isso porque a central não apresenta um posicionamento mais crítico acerca da cidadania liberal, limitando-se em evidenciar a debilidade do Estado em garantir direitos sociais, o que não necessariamente se coloca em contradição com a sociedade capitalista (Idem, p. 17).

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região

A eclosão da pandemia de COVID-19 no Brasil e no mundo afetou profundamente a organização dos trabalhadores, e com o Sindicato não foi diferente. Com a situação de crise

sanitária, o Sindicato teve que repensar formas de discutir e de mobilizar a categoria, que tradicionalmente funcionava de maneira presencial e, por vezes, com aglomeração de trabalhadores. Neste sentido, foram poucas as atividades presenciais, ocorrendo apenas três ao longo de 2020: a primeira ocorreu em julho, para a votação da eleição da nova diretoria do Sindicato; a segunda ocorreu em agosto, onde os trabalhadores da empresa EATON se reuniram para discutir a negociação acerca do adicional de periculosidade; a terceira, que ocorreu em setembro, foi a assembleia da campanha salarial da categoria.

Já em relação às atividades virtuais, foi possível perceber uma mudança qualitativa tanto na produção de conteúdos, como notas políticas, jornais e vídeos para a categoria quanto na mobilização de assembleias. Ocorreu uma diminuição na produção dos jornais sindicais “Folha de Metal” e um aumento significativo na produção de notas e informes para a categoria contidas na seção “Notícias”, do site do Sindicato, saltou de 85 em 2019 para 206 em 2020. Sobre os conteúdos, destaca-se o foco dado para a conjuntura da pandemia, abordando desde a denúncia aos governos pela sua política insuficiente, até a defesa do Sistema Único de Saúde, totalizando 28 notas apenas deste tema. Outro aspecto importante diz respeito às discussões de gênero, que totalizaram 10 notas e 1 jornal, uma produção proporcionalmente maior do que a observada no ano anterior, que totalizou 5 notas e 1 jornal. No entanto, em relação à questão racial, não ocorreram mudanças significativas na produção de notas, que totalizou 4 tanto em 2019 quanto em 2020 e, diferentemente da temática de gênero, não teve um jornal específico sobre a situação dos trabalhadores negros no contexto da pandemia. Outro dado que merece destaque foi a produção de vídeos que, se no período anterior à pandemia o Sindicato produzia cerca de 5 a 7 vídeos anuais, ao longo de 2020 foram 85 vídeos, em sua maioria curtos, de 2 a 5 minutos. Sobre estes vídeos, é importante destacar a presença relativamente equilibrada entre homens brancos e negros, e uma representação de cerca de 20% de mulheres, o que é condizente com a porcentagem da força de trabalho feminina da categoria.

Um dado importante diz respeito à mobilização dos trabalhadores no período de campanha salarial. O Sindicato publicava, no formato de edital, as propostas das empresas, conjuntamente com vídeos explicativos acerca das propostas, elaborando formulários para saber se os trabalhadores compreenderam a proposta, e se concordavam ou discordavam. Os informes das negociações vinham acompanhados de gráficos com os resultados dos formulários, e com esses dados o Sindicato convocava assembleias virtuais de cada setor específico da categoria.

Resultados e desdobramentos da pesquisa

Como apontado anteriormente, esta pesquisa é uma continuação da pesquisa que se iniciou em 2019. Neste sentido, recuperamos alguns dos resultados da pesquisa anterior para uma avaliação mais qualificada dos resultados. De 2019 a 2020 o foco eram as relações de gênero, e, além de uma revisão bibliográfica, foi feita uma análise de dados e documentos. Foram analisados os dados do DIEESE, RAIS e PNAD (Contínua)¹, a fim de investigar como a crise econômica impactou a categoria, refletindo também a disparidade salarial entre homens e mulheres. Neste sentido, a diferença salarial entre homens e mulheres com a mesma escolaridade é uma realidade que, no caso da região de Campinas, atinge todos os níveis de escolaridade, nos salários mais próximos ao piso e superiores ao teto salarial. Além disso, os mais afetados pelo desemprego foram os homens brancos, com maior remuneração, indicando a tendência aprofundada desde a Reforma Trabalhista de 2017 de substituição de trabalhadores com salários mais altos por aqueles com remuneração menores, aumentando a precarização e a flexibilização dos contratos de trabalho.

Com relação à análise de documentos, foi investigado os jornais sindicais “Folha de Metal” e as convenções coletivas, compreendendo o período de 2014 a 2020. Desde 2016

¹ Estas siglas significam, respectivamente: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Relação Anual de Informações Sociais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

foi observado um cenário mais desfavorável para as e os trabalhadores, perdendo negociações, ocorrendo um aumento de demissões e perseguições políticas contra sindicalistas. Este cenário se intensifica a partir da aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, levando o Sindicato a concentrar suas forças na defesa das convenções coletivas, uma situação que é aprofundada com a eclosão da pandemia de COVID-19.

Com relação às questões de gênero e raça, é possível observar que é uma preocupação relativamente recente. A criação dos coletivos de Gênero e Diversidade e de Combate ao Racismo no interior da entidade é um elemento importante desta preocupação que, no entanto, não foi possível observar suas reuniões, pois não ocorreram convocações públicas para participação nos canais oficiais do Sindicato. As demandas de gênero, quando aparecem, são relacionadas às mulheres trabalhadoras enquanto mães, reproduzindo assimetrias de gênero. Demandas do movimento feminista como salário igual para trabalho igual, maior tempo de licença paternidade pelo reconhecimento que o cuidado dos filhos não é apenas uma função das mulheres, não aparecem em nenhum dos jornais no período analisado.

A questão racial aparenta ser uma debilidade maior de articulação, pois, apesar de negros e negras serem uma parcela significativa da categoria, quando examinamos os jornais, suas pautas aparecem pouco ou quase nada em comparação às pautas de gênero. Neste sentido, foi possível observar uma situação semelhante da vivenciada na CUT nos anos 1990: apesar de demonstrar relativa preocupação, a partir da criação do Coletivo de Combate ao Racismo e do equilíbrio na representação de negros e brancos na comunicação com a categoria, carece de conteúdos programáticos, planos de ação e instrumentos de mobilização que compreendam a especificidade da negritude no conjunto da classe trabalhadora. Assim, como colocado por Jair Batista da Silva (2008), o Sindicato aparenta ter uma dificuldade na compreensão do caráter estratégico da relação exploração-discriminação no sistema capitalista, o que é evidenciado pelos poucos textos produzidos pela direção acerca da temática racial, a grande maioria das vezes deslocado dos debates da classe trabalhadora em geral.

Neste sentido, a falta histórica de elaboração da articulação entre gênero, raça e classe no Sindicato pode ser vista na debilidade de compreensão de que estas relações sociais estão articuladas no que é a dinâmica de opressão, dominação e exploração da sociedade capitalista. Por fim, infelizmente, não foi possível investigar essas questões a partir das entrevistas em profundidade, o que traria resultados bastante significativos da pesquisa que tem se desenvolvido desde 2019. No entanto, um dos desdobramentos desta pesquisa é que ela servirá de base para um futuro projeto de mestrado.

Referências bibliográficas

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista Outubro, nº 23, p. 33-58, 2015.

PINEYRO NELSON, Carlos; VARELA HUERTA, Amarela. Migración y nuevas formas de sindicalismo en los países del norte global. Trace (Méx. DF), México, nº 73, 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-62862018000100134&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 01/11/2020.

SILVA, Jair Batista da. Racismo e sindicalismo – reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2008.

_____. Ação sindical e racismo: as centrais sindicais e a discriminação racial no Brasil. Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2018.